

## AS JORNADAS DE JUNHO E AS FISSURAS DO URBANO

Manuela Mendonça de Alvarenga

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia - UFMG*  
*manuela.alvarenga@gmail.com*

### 1. Introdução

Começemos por um mal entendido histórico que se tornou anedota.<sup>1</sup> Diz-se que o Primeiro Ministro da República Popular da China, Zhou Enlai, no começo dos anos 1970, ao ser questionado por jornalistas americanos a respeito dos impactos da Revolução Francesa, respondeu: “ainda é muito cedo para dizer”. A percepção de que 150 anos ainda não eram suficientes para que se pudessem compreender os desdobramentos de tal evento histórico corroboraram para a fama da China como uma “civilização paciente”. Com o tempo, estes jornalistas revelaram que o líder comunista não havia compreendido que a pergunta se referia à Revolução de 1789, e estava falando, na verdade, dos eventos de maio de 1968, também ocorridos na França. De toda forma, não deixa de nos surpreender a prudência do Primeiro Ministro quando, três anos depois, ainda não se arriscava a expor uma conclusão sobre as insurreições francesas.

A anedota foi utilizada a título de comparação com nosso momento político atual que, movimentado por importantes eventos recentes, como as manifestações de enormes proporções de junho de 2013, a Copa do Mundo em 2014 e um tenso processo eleitoral em outubro do mesmo ano, é bombardeado de análises de todo tipo, das mais visionárias às catastrofistas, sobre o que estes momentos significam. Os “pingos nos is” e os pontos finais têm sido colocados de forma assaz abrupta e ao mesmo tempo definitiva. Refiro-me aqui, sobretudo, a abordagens jornalísticas do evento que já proferem seu fechamento. Para citar um exemplo – na sessão Opinião da *Folha de São Paulo*, um artigo de Maurício Puls com o título “A poeira das manifestações”<sup>2</sup> diz que “já sabemos o final da história”, que “o público esperava ansioso por um final feliz, com a derrota do vilão. Deu tudo errado”. Com isto, devemos nos perguntar: não seria ainda muito cedo para dizer sobre os impactos de tudo o que se passa em nosso país? Na contramão e em menor número, análises cuidadosas,

---

<sup>1</sup>Cf. MCGREGOR, 2011. <http://www.casacinepoa.com.br/o-blog/giba-assis-brasil/humanos-chineses-e-o-stf>

<sup>2</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1535593-opinioao-a-poeira-das-manifestacoes.shtml>, consultado em 21 de Outubro de 2014

continuadas e reflexivas, do atual momento histórico também vêm sendo efetuadas, pretendo resgatar algumas destas no presente artigo.

O objetivo aqui é contribuir para a análise da conjuntura sócio-espacial brasileira, a partir do evento batizado de *Jornadas de Junho* de 2013. A pergunta sobre se “ainda é cedo” é relevante para que possamos, antes de tudo, fazer algumas ressalvas de teor metodológico. Primeiramente, devemos trabalhar com a noção de que estamos estudando um *processo* inconcluso, mesmo que no plano fenomênico seja bem delimitado no espaço e no tempo. Ou seja, pretende-se buscar em um *evento* os elementos mais amplos de um *processo* em curso. Logo, não é a pretensão do presente trabalho proferir, como tem sido corrente, o “saldo” das manifestações, mas entendê-las como parte do conjunto de contradições estruturais da realidade social brasileira, por um lado, e global, por outro. Dentro desta estrutura, o pano de fundo que pautará as análises é seu caráter urbano. Ou melhor, considero aqui que a reprodução social da urbanização no Brasil é um elemento central para que se compreenda o momento político atual, bem como o inverso, a análise cuidadosa de determinados desdobramentos das *Jornadas de Junho* nos ajuda a somar chaves de compreensão da urbanização brasileira contemporânea.

## 2. Perplexidade

Se alguém dissesse que já estava esperando pelos eventos daquele junho de 2013, certamente estaria mentindo. É verdade que as manifestações não foram “um raio em céu azul”<sup>3</sup>. Com atos planejados em diferentes cidades, vários movimentos sociais urbanos – e não apenas o Movimento Passe Livre, é importante que refaçamos a narrativa em âmbito nacional para ver como outros movimentos também estavam marcando atos para este mês – sabiam ser de boa visibilidade o momento da Copa das Confederações e propício à convocação de manifestações nas ruas. Todavia, ninguém esperava por algo com as proporções que tomou e tampouco foi possível fazer uma análise sobre as intenções e rumos daqueles protestos que não viesse com uma grande parcela de perplexidade e incompreensão.

A perplexidade aumenta quando consideramos que a conjuntura brasileira era vista como um exemplo de “história de sucesso” (ZIZEK *in* MARICATO et. al., 2013, pág. 102). Uma economia que resistia bem a um contexto de crise global com um discurso geral de

---

<sup>3</sup> Marcelo Pomar (*in* JUDESNAIDER et al., 2013) utiliza a conhecida expressão para dizer que o Movimento Passe Livre já existe desde 2003 e que os atos que se iniciaram em São Paulo organizados por eles vinham sendo elaborados e amadurecidos há um tempo.

melhoria das condições de vida da maior parte da população, “de repente”, é completamente tomada por uma insatisfação que nasce com “um pequeno aumento na passagem” e continua se manifestando mesmo depois das revogações diversas desses aumentos em diferentes cidades. Slavoj Žižek parte desta inquietação e formula uma importante pergunta para que comecemos a buscar elementos mais amplos para entender o ocorrido: “Problemas no Inferno parecem compreensíveis, mas por que é que há problemas no Paraíso, em países prósperos ou que, ao menos, passam por um período de rápido desenvolvimento, como a Turquia, a Suécia, ou o Brasil?” (Ibidem, pág. 102). A percepção do autor esloveno para além do contexto local é de interesse aqui, ele acredita que “o que a maioria dos manifestantes compartilha é um sentimento fluido de desconforto e descontentamento que sustenta e une demandas particulares” (Idem, pág. 103). Ou seja, discordando de muitos comentadores que veem a semelhança entre as manifestações em todo o mundo como meramente de forma e incomparáveis em seu conteúdo por terem causas diferentes, Žižek acredita que há um elemento na totalidade do capitalismo global que conecta estas insatisfações e que é parte da luta política buscar por seu significado de forma ampla.

O capitalismo global é um processo complexo que afeta os diversos países de maneiras variadas, e o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todos reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista. A tendência geral do capitalismo global atual é direcionada à expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição dos serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político. (Op. Cit. pág. 104)

O sociólogo Léo Lince (*in* ALENCAR, 2013) também concorda que, por mais que possamos entender que os “pequenos motores de arranque” das manifestações já viessem sendo ligados há um tempo na sociedade brasileira, – por exemplo, um pacto de governabilidade conservadora que chegou ao seu esgotamento político e as precarizações crescentes da vida na cidade – o evento transbordou a racionalidade política convencional e, por isso, continua sendo um enigma a ser decifrado. O caminho, também para este autor, é compreender a abrangência e volume dos acontecimentos de forma mais articulada com a conjuntura socioeconômica.

Para Lince, podemos dizer que estamos em um destes períodos de crise sistêmica, nos quais a única clareza possível é a constatação inevitável de que o quadro está confuso. O autor segue Gramsci para caracterizar tais momentos, marcados pela emergência súbita de situações inesperadas, com o nome de “interregnum”. Uma situação que se estabelece “quando um sistema de poder está em colapso, mas seu sucessor ainda não se formou”.

O interregno é o tempo da falência histórica de um ciclo da política, de um modelo, de um sistema até então dominantes. Mas é também o tempo da inexistência de

nexos que articulem (projeto alternativo) os diferentes polos de condensação dos conflitos e das culturas críticas ao modelo que agoniza. São ocasiões, segundo Gramsci, propícias ao aparecimento de “sintomas mórbidos, fenômenos estranhos, criaturas monstruosas”. Habitado por bifurcações inesperadas e multiplicidades de rumos possíveis, ele é, por excelência, o território do imponderável, ao mesmo tempo fascinante e aterrador (LINCE *in* ALENCAR, 2013, pág. 46).

Harvey (2014) vai mais além. O problema é de fato o capitalismo global e suas crises, mas, mais do que isso, os levantes são, sobretudo, manifestações de um descontentamento que se alastra pelo sistema de redes urbanas com facilidade. Em suas devidas proporções, a “luta de classes de base urbana” se estendeu a vários países em 1848, em 1968, em 1999, dentre outras, e não seria diferente no momento atual. O espaço urbano não aparece aqui fortuitamente, meramente como o palco destas insurreições, ele é na verdade um elemento chave do conflito que está posto e que se generaliza. Para Harvey, a urbanização é um meio essencial para manter a acumulação capitalista, e isto faz com que a cidade incorpore todas as contradições e conflitos deste regime de acumulação.

É preciso entender melhor este importante argumento de David Harvey. Primeiramente, o autor afirma que o capitalismo passa periodicamente por “crises de sobreacumulação”, devido à dificuldade dos excedentes produzidos pelo capital serem absorvidos de forma lucrativa. Nesta tendência inexorável à perda de lucratividade e crises, a cidade se tornou um local preferencial para a absorção do capital excedente produzido na sociedade. Este processo em si apresenta, também, suas contradições. Harvey se dedica longamente a explicar as raízes urbanas das crises capitalistas, relacionadas às bolhas do sistema de créditos e sobrevalorização das terras. É preciso reconhecer que o contexto brasileiro tem suas especificidades neste contexto de crise, cujas relações com as insurreições de 2013 são mais difíceis de apreender e deverão ainda ser cuidadosamente buscadas em outros estudos.

Produz-se, então, uma contradição entre a cidade produzida para manter o ciclo de acumulação funcionando no capitalismo e a cidade que a população urbana deseja e precisa. A produção de moradias, as obras de infraestrutura e os tipos de equipamentos urbanos a serem construídos passam a servir como realocação de capitais excedentes e, ao mesmo tempo, como expansão da demanda efetiva de determinadas mercadorias, fechando um ciclo de circulação do capital. Este processo passa, necessariamente, por atos de “desposseção” das populações pobres e por um aumento considerável no valor da terra e dos bens de consumo urbanos, necessário à reprodução da vida do trabalhador. Pensando em quais tipos de

descontentamentos aparecem na cidade, vemos que há, em quase todos os casos, questões de transporte, habitação, salários, condições de saneamento, saúde.

Podemos trazer algumas análises do contexto brasileiro específico e ver como elas se relacionam com estas perspectivas globais acima citadas. Rolnik (*in* MARICATO *et al.*, 2013, pág. 9) acredita que o problema está na opção, por parte do poder público dominante no país, por uma “coalizão para o crescimento que articulou estratégias keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento neoliberal, voltado única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado”, em detrimento da agenda de reforma urbana que vinha se concretizando nos anos 1980 e 1990, que estava mais em consonância com as lutas sociais. Vainer (*in* MARICATO *et al.*, 2013) também vê nas diretrizes neoliberais das últimas décadas, e suas repercussões no papel da cidade para o processo de acumulação capitalista, o motivo dos protestos. Para o autor, os cânones do liberalismo econômico garantiram que se abandonasse a forma compreensiva e dirigista do planejamento urbano (de influência keynesiana) para instaurar o “planejamento orientado para/pelo mercado”, instaurando a “cidade de exceção e a democracia direta do capital”. Trata-se do que ele vem chamando já a algum tempo de “cidade-empresa”, que ignora a cidadania, o espaço público e os direitos sociais da população. Não é coincidência que a realização de megaeventos internacionais, um dos melhores exemplos deste tipo de “empresariamento” da cidade, danoso e impopular, seja o pano de fundo dos protestos no país.

Para fechar a sessão com uma volta ao problema inicial da perplexidade, a expressão de Marilena Chauí (2013)<sup>4</sup>, em artigo publicado para a Boitempo no calor do momento, para definir a situação precária da vida nas cidades brasileiras - “inferno urbano” – mostra indiretamente a Zizek que o paraíso que o deixou tão confuso, na verdade, é só aparência.

### 3. Luta de classes ou luta pela cidade?

O sociólogo americano James Holston ([2008], 2013) chamou de “cidadanias insurgentes” as formas de enfrentamento e combate nas periferias urbanas brasileiras que, por sua vez, se opõem ao que chamou de “cidadanias entrincheiradas”. Esta dicotomia surge a partir de uma resposta dos trabalhadores pobres – forçados a morar em lugares distantes, nas

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/28/o-inferno-urbano-e-a-politica-do-favor-tutela-e-cooptacao/>

condições mais precárias possíveis – ao “entrincheiramento” a que foram submetidos. Estas “insurgências” se formaram, nas cidades brasileiras, por meio de movimentos igualitários e coletivos (para o autor, focados na autoconstrução), que garantiam por conta própria sua moradia, seus serviços essenciais e seus mercados de consumo, ou seja, um “direito à cidade” por vias próprias e, no mais das vezes, ilegais.

Seguindo a conceituação de Holston, mas ultrapassando a autoconstrução como o único fator de insurgência na periferia brasileira, Paulo Arantes (2014) considera que o chamado a pular a catraca do Movimento Passe Livre (MPL) é um exemplo da expansão desta “cidadania insurgente”, agora também preocupada com as condições de circulação pela cidade. E mais:

Veremos também em que direção se terá ampliado o repertório da cidadania insurgente. Aliás, já era o caso no artigo citado: pichadores e grafiteiros, skatistas, rappers e *traceurs*, bem como praticantes do *break*, ao circularem incessantemente por toda São Paulo, outra coisa não fazem, através dessas performances “agressivas, ilícitas e arriscadas”, do que insurgir – nos termos de Holston – contra o regime de “entrincheiramento espacial” a que a cidade foi submetida pelo condomínio que conduz a máquina urbana de crescimento. (ARANTES, 2014, pág. 384)

Os dois autores – Arantes na esteira de Holston – constatam, então, que as classes trabalhadoras vêm lutando por seus direitos no chão da cidade, e não no chão da fábrica, não só no Brasil, mas “em todo o Sul do planeta” (Idem, pág. 384). As lutas trabalhistas aqui são menos significativas do que as lutas pela cidade. A análise tem efeito polêmico e ampla literatura discordante. Para nos atermos à análise de conjuntura, usemos o argumento de Chauí (2013), em artigo já citado, que mostra um histórico entre as décadas de 1970 e 1990 de movimentos sociais nitidamente de trabalhadores. O que autora demonstra é que as políticas neoliberais contribuíram para a fragmentação destes movimentos. Talvez, então, somente neste sentido, pode se conectar o argumento de Chauí com a análise dos autores acima sobre a luta focada em base urbana.

Esta constatação nos remete a uma antiga querela interna do marxismo a respeito de quem era força de vanguarda da transformação revolucionária, o tradicional operário ou o cidadão<sup>5</sup>. Momentos emblemáticos e fundantes desta querela estão relacionados à ruptura dos chamados *Situacionistas* com o Partido Comunista Francês dos anos de 1960 e da perplexidade muito semelhante à nossa das esquerdas tradicionais perante os atos contestatórios de 1968. O mais notório representante do situacionismo é Guy Debord. Henri Lefebvre também deve muito de suas teorias a seus diálogos diretos com este movimento. Os

---

<sup>5</sup> A oposição pode ser nomeada de diferentes formas. Sigo aqui a terminologia de Anselm Jappe (2013), em seu ensaio “Luta nas ruas contra o espetáculo?”, publicado na Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual, edição de Janeiro-Julho de 2013.

situacionistas “foram pioneiros quando indicavam um novo terreno central das lutas sociais no urbanismo e na oposição à reestruturação autoritária e mercantil do espaço urbano e ao desaparecimento dos lugares públicos e das trocas diretas entre indivíduos nos espaços que esses lugares permitem” (JAPPE, 2013, pág. 313).

Harvey se preocupa com esta cisão. Ele alega que, para o marxismo tradicional, lutas urbanas são mais voltadas “para questões de reprodução do que de produção, ou sobre direitos, soberania e cidadania, e, portanto, não sobre classe” (HARVEY, 2014, pág. 217). Estas lutas supostamente querem reivindicar direitos, e não a revolução. O autor acredita que esta dicotomia cria uma ilusão, pois há algo mais nessa equação. A forma tradicional de ver a luta revolucionária circunscrita à esfera da produção se deve a uma lacuna na compreensão do processo de circulação ampliada do capital. Os movimentos por “cidadania e reprodução social”, pensando na forma ampla da exploração, são também movimentos de classe, pois a classe diz respeito à oposição entre capital e trabalho, que se manifesta tanto no ciclo da produção, quanto da circulação da mercadoria, quanto do dinheiro.

Já que o que importa é a circulação do capital no todo (e não simplesmente o que acontece no circuito produtivo), o que importa para o conjunto da classe capitalista se o valor é extraído dos circuitos comercial e monetário, e não diretamente do circuito produtivo? A lacuna entre o lugar onde se produz a mais-valia e aquele onde ela se realiza é crucial tanto teoricamente quanto na prática. O valor criado na produção pode ser recuperado dos trabalhadores em benefício da classe capitalista por aluguéis altos cobrados pelos proprietários. (Idem., pág. 232).

Nas Jornadas de Junho de 2013, podemos concordar que vieram à tona várias das facetas da “luta de classes de base urbana” a que se refere Harvey. Porém, o cenário não é simples e algumas questões devem ser colocadas. A multifacetada exploração do trabalhador urbano torna difíceis as categorizações, da mesma forma que a diversidade dos manifestantes presentes naquele grande evento (que, na verdade, seria tipicamente uma *manifestação de massa*). É difícil inclusive entrar em consenso sobre a redução das tarifas como o real fio condutor dos movimentos, uma vez que, se tentarmos reconstruir as narrativas dos movimentos por todo o Brasil, veremos diferentes causas, demandas e lideranças. É necessário nos perguntarmos, acima de tudo, se é possível falar em uma reunião de demandas ou o grande contingente de pessoas andando juntas representa apenas a soma de fragmentadas partes sem ligação umas com as outras.

A descrição que o movimento Occupy, que aconteceu em 2011 nos Estados Unidos, fez de si mesma – “somos os 99%” – por mais que se dê conta de um sistema social desigual, é arriscada, por não lidar com as cisões internas entre facções de classes de diferentes interesses e levar a questão para uma definição meramente estatística e estática de

renda. No Brasil, o caldo dos 99% também aparece, na forma de Gigante. Conceito mais arriscado ainda, pois desconstrói todo laço possível de classe e apela para um “laço mítico e imaginário formado pela Pátria” (DUARTE, 2013, pág. 43).

Em um artigo para a revista Sinal de Menos – numa edição especial sobre “a revolta” – Paulo Marques (2013) demonstra com cuidado a convergência contraditória entre lutas conservadoras e anticapitalistas nas ruas e faz um bom panorama das classes presentes naquela conjuntura, definindo classes como “funções sociais coletivas em posições ocupadas dentro do processo de produção” (MARQUES, 2013, pág. 59). A classe média tem, neste momento, o papel mais contraditório, uma vez que não é a burguesia, mas também não se reconhece como trabalhadora. A crescente precarização das condições de trabalho da classe média (como trabalhadora que de fato é) leva ao ressentimento e ao crescimento de ideologias contraditórias, que ora oscilavam entre o pedido por serviços públicos, ora traziam demandas em tons “fascistoides”. O fato de que, quem saiu às ruas foram “mônadas egoísticas”, e não coletividades organizadas, complica ainda mais a questão da “luta de classes” na atualidade.

A heterogeneidade das revoltas, enfim, se apresenta como expressão da própria fragmentação dos trabalhadores gerada pela atual estrutura de divisão social do trabalho. Há lutas de “classe média” e lutas de favelas ocorrendo simultaneamente, (...). Podemos concluir, grosso modo, que a totalidade dos protestos expressa o próprio mosaico da divisão do trabalho da força de trabalho nacional, com suas demandas e contradições, e conflitos inter-classe. Se a autonomia de determinados setores de luta poderia ser animadora, a fragmentação social expressa demonstra também a solidez da dominação capitalista sobre a mesma força de trabalho, que impõe grandes desafios às lutas sociais. (Idem., pág. 73)

Jappe ([2011], 2013), no texto *A princesa de Clèves, hoje*, traz uma discussão corrente nos debates atuais sobre o marxismo, que considera que a especificidade do capitalismo não é a luta de uma classe submetida contra uma classe dominante (coisa comum a várias – senão todas – outras sociedades), mas o fato de ser uma sociedade da *concorrência generalizada*, com as relações de mercados estendidas a todos os aspectos da vida e do dinheiro como mediação universal. Isto engendra uma *crise de civilização* generalizada, uma crise do sujeito. Não é possível pensar em um sujeito dominado que irá se livrar do sujeito dominador e trazer a emancipação e a mudança social, mas sim, necessário pensar na emancipação e mudança do próprio sujeito moderno *per se*. A visão “nós” e os “outros”, os explorados e os exploradores dificilmente corresponde à totalidade das contradições do mundo da concorrência absoluta, o mundo de “todos contra todos”.

De toda forma, a perspectiva da luta de classes tem atualidade, pois ainda estamos falando de exploração do trabalho pelo capital e de um mundo desigual. Porém, estas importantes questões nos mostram que não é uma constatação a ser feita sem pressupostos. É



preciso criticar a ideia genérica de uma grande maioria da população dominada por alguns senhores muito poderosos e mal-intencionados (neste caso, bastaria um atentado ao *Tea Party* americano e às instâncias de poder supranacionais para que o mundo passasse a ser justo), bem como a ideia de “gigante” que acordou, pediu várias coisas meio atordoado e logo voltou a dormir. Da mesma forma, não ajuda muito dizer que foi um movimento da classe B ou C, uma vez que estes dados estatísticos não trazem as implicações políticas da definição de uma classe. A questão é que o conceito de classe não é um cânone acadêmico, ou pelo menos não deveria ser, e deve responder às formas da sociedade analisada aqui e agora, de forma a servir como esclarecimento para a própria luta política. Fica em aberto como um importante elemento a ser elaborado à luz das novas efervescências sociais do capitalismo contemporâneo.

#### 4. Governados e pacificados

A relação destes movimentos com o Estado é contraditória e de difícil entendimento. Eles não se organizam em ONGs, sindicatos, partidos ou qualquer outro tipo de entidade tradicional da sociedade civil. Quando estão organizados, dizem ser “coletivos”, que agem sem hierarquias e decidem seus atos por meio de Assembleias Populares Horizontais. Eles rejeitam a antiga fórmula da democracia representativa, denunciam a fossa abissal que existe entre Estado e Sociedade Civil espalhando aos quatro ventos que os políticos que atuam no Estado, “não nos representam”. O ministro Gilberto Carvalho, em janeiro de 2014, ao fazer seu balanço sobre o ocorrido disse ter sentido que houve “quase ingratidão nos protestos”<sup>6</sup>, já que os parlamentares sempre fizeram tanto pela população e agora eles se rebelavam. Por outro lado, mesmo recusando as mediações, suas demandas ainda são demandas circunscritas ao poder estatal, ou seja, só o Estado enquanto tal ainda pode realizá-las. Na resolução do conflito em São Paulo, por exemplo, prefeito e governador concederam a revogação do aumento dizendo que isto se daria a partir do aumento de outros custos sociais, e foram aceitos, era uma questão tática. Estas contradições não existem porque os movimentos são “despreparados”, “ingênuos” ou “fascistas”, mas porque simplesmente não pode ser de outro modo.

Eu seu novo livro, Paulo Arantes (2014) dedica seu último capítulo às Jornadas de Junho, com o título “Depois de Junho a paz será total”. A impressão esperançosa do título

---

<sup>6</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/149236-houve-quase-ingratidao-em-protestos-diz-ministro.shtml>

logo se desconstrói quando se imerge nas páginas do texto. A ideia, que já vem sendo há tempos construída, de Paulo Arantes, é a de que este momento se insere no campo deste “novo tempo do mundo” que ele busca compreender, um tempo de “expectativas decrescentes”, em que ninguém consegue enxergar de forma bem fundamentada que “amanhã será melhor”. A “paz” do título do ensaio se refere aos processos de “pacificação” por qual passam as periferias brasileiras, que não tem nada em comum com o sonho pacifista de Gandhi ou Luther King.

O argumento, com referência aos protestos, parte da ideia de que, no Brasil, já se vêm ensaiando métodos de “contra-insurgência preventiva” muito antes do aparecimento das insurgências em si. Esta ideia não é nova e o termo é tomado emprestado de Herbert Marcuse<sup>7</sup> que, já nos anos 70 se dava conta das artimanhas do Estado perante as possibilidades explosivas de atos revolucionários em todos os cantos. Voltando aos dias de hoje, como a revolução não está na ordem do dia, procura-se evitar inclusive as insurgências. A construção de um “sujeito pacificado” se efetua em várias frentes, expostas cuidadosamente no denso ensaio de Paulo Arantes. As frentes vão desde a construção de um sujeito “dócil” pela via da ideologia do empreendedorismo individual e do “protagonismo” e outros dispositivos que entram em toda a esfera da vida – para além daquelas instituições clássicas de Foucault ([1975], 1999), os dispositivos se espalham por meio da alimentação, dos momentos de lazer, da saúde, dos gestos cotidianos, enfim, tudo. Outra frente é por via do Estado, de duas formas, a burocratização de movimentos sociais e de indivíduos “difíceis de governar”, inseridos em quadros institucionais, caminhando com a ideia de “entrincheiramento” de James Holston, já apresentada acima; e, quando estas falham, pela violência. Pensemos um pouco mais sobre este papel do Estado em sua relação mais direta com as lutas pelo “direito à cidade”.

Começando pelo primeiro ponto, o que conhecemos como “cooptação”. Trata-se da estratégia de “desmobilizar mobilizando”. Através da inserção das demandas populares em formas de lei, fazer com que estas próprias demandas acabem circunscritas ao corpo da lei e não consigam mais dizer que aquilo não é exatamente o que corresponde a seus anseios. Vimos isto com a elaboração da “Constituição Cidadã” de 1988, que em sua “inclusão” abriu a porteira para todos os cidadãos terem os mesmos direitos, e não só os “populares”, mas também os privilegiados, além de manter ileso o “direito à propriedade” como cláusula pétrea do capitalismo; com o Estatuto da Cidade, que inclui em si mesmo sua própria exceção, a Operação Urbana Consorciada; com as lutas por moradia, que viram uma luta de anos por

---

<sup>7</sup> Cf. MARCUSE, 1981.

Habitação de Interesse Social ser transformada em um instrumento do capital financeiro no Minha Casa, Minha Vida; e a lista pode continuar indefinidamente.

Quando falham os instrumentos burocráticos de consenso e cooptação institucional, entra o Estado repressivo. No Brasil, esta modulação se faz sem grandes dilemas, uma vez que a violência é fundante e corriqueira no país. Que o digam os índios, negros, mulheres e pobres que a sofrem no cotidiano de desapropriações que servem às “limpezas urbanas” e rurais, necessárias ao livre desenvolvimento do capital (a história de Amarildo não é exceção, e só não vê quem não quer). Que o digam também os movimentos sindicais de greve, que já conhecem as balas de borracha e prisões arbitrárias de outros carnavais. Um país que nunca puniu seus torturadores e que aceita em sessões públicas e na mídia os mais variados discursos legitimadores da violência social, institucional ou não (só não vale ser “vândalo”) não consegue nem perceber o momento em que o país recrudescer sua legislação de Segurança Nacional e aumenta o “pacote de ilegalidades” a serem punidas por meio da força. Vale aqui reproduzir o comentário da socióloga Silvia Viana (2014), em entrevista ao blog da Boitempo:

(...) a indiferença diante do horror não é algo natural e sim o resultado de uma construção social. Tanto assim que a mesma sociedade que enxerga nas manifestações de rua, e seu saldo de vidros quebrados, uma violência inaceitável, é capaz de destilar a demanda por mais pernas quebradas; uma exigência que pode, do mesmo modo, arrefecer ou virar de cabeça para baixo quando o terror estatal e espetacular, sabe-se lá mediante qual contra poder subterrâneo, toca os juízos; então se faz necessário um novo dispositivo para a dupla produção, de indiferença diante das pernas e de compaixão pelas vitrines: “há uns e outros, e os outros merecem...”. (VIANA, 2014, disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2014/07/28/a-acumulacao-do-horror-e-o-horror-da-acumulacao-uma-entrevista-com-silvia-viana/>)

O que é mostrada aqui é a máquina estatal mais sofisticada que se possa imaginar, que deixaria Orwell e Huxley atônitos<sup>8</sup>. Com este panorama, é natural que a tomada do poder do Estado não seja mais uma forma possível de mudar o mundo para os movimentos sociais. Paulo Arantes vê o Zapatismo como “Marco Zero” desta atitude, inclusive com suas ideias de “não tomar o poder para mudar o mundo”, sistematizadas por John Holloway<sup>9</sup>. A rejeição da política tradicional e as organizações horizontais em coletivos são generalizadas por todas as novas rebeliões no mundo, e elas querem dizer alguma coisa. Não adianta se lamentar, com saudades da “velha forma de fazer política” da esquerda tradicional, isto não é mais possível. O problema, é que a desilusão com o Estado não cria instantaneamente os meios de sua

<sup>8</sup> Refiro-me aqui aos romances distópicos Orwell ([1949], 2009) e de Huxley ([1936], 2001), nos quais os autores criam uma sociedade completamente dominada por sistemas de coerções múltiplas, que passam da manipulação psicológica à força militar.

<sup>9</sup> Cf. Holloway., 2003.

superação. Aparece aí o risco do “pensamento mágico”, conforme assinalado por Marilena Chauí (2013). Mágico porque segue a tecnologia que o cria, na qual basta apertar um botão para tudo aparecer. Logo, os movimentos passam a acreditar que basta querer para fazer acontecer. Há ausência de controle real sobre o instrumento, uma difusão da ideia de satisfação imediata do desejo, sem qualquer mediação; a recusa das mediações institucionais pode simplesmente encontrar um vazio na política e jogar, impensadamente, “água no moinho” dos pensamentos direitistas mais conservadores. O próprio Estado e a mídia buscarão fazer isto, como se viu nas eleições, que não serão analisadas aqui, mas trazem desdobramentos importantes neste sentido. Afinal, como bem atenta Léo Lince (*in* ALENCAR, 2014, pág. 47), “o poder dominante, rarefeito de substância, não murcha ao se esvaziar”.

## 5. Perspectivas?

Procurei trazer algumas questões levantadas pelas *Jornadas de Junho* que ainda estão em aberto. A intenção de discordar das análises de conjuntura “fechadas”, com suas conclusões sobre “o que aconteceu” traz, mais do que uma questão metodológica a respeito das pesquisas de conjuntura, uma questão política. A propósito, a própria forma como se constrói a narrativa de um movimento sócio-espacial é política, na medida em que seus significados partem de juízos de valor e pautam ações concretas no porvir. Como já foi dito acima por Zizek, a construção do significado destas revoltas está em disputa.

Por outro lado, por mais que não fechem o livro com um veredicto de fracasso, as questões colocadas não são lá muito animadoras e nem trazem perspectivas as mais longínquas de resolução. Concordo aqui ainda com Paulo Arantes, que disse em entrevista recente<sup>10</sup> que “a esquerda está às cegas”. Ela age na forma das expectativas decrescentes de nosso tempo. Para ele, isto significa que nós vivemos uma era de emergência no presente, sem muitas construções, portanto “é aqui e agora que o pau vai comer”. Neste sentido, as Manifestações trazem um fôlego novo, pois a rua é o espaço mais dinâmico da política no “aqui e agora”. Os movimentos são tão focados no processo, que fazem daquilo um acontecimento em si, uma “Zona Autônoma Temporária”<sup>11</sup>.

A esquerda que cheira o traseiro de cada manifestação social à vista na rua o que mais gostaria era de se regalar nas paisagens florescentes de um ano revolucionário em 2011. Para além da falta de vergonha para voltar a desenterrar e a remoer

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KQOANluB16s>

<sup>11</sup> Cf. BEY, (2001 ?)

freneticamente a palavra começada por R, que estava enterrada e esquecida, a mera adulação dos diversos protestos e levantamentos não ajuda nada a causa da libertação social. Marx sublinhou com razão que uma transformação verdadeiramente revolucionária apenas progride na medida em que os seus começos e fases de transição são criticados sem dó nem piedade, para os superar e para repelir as suas meias-verdades, falácias e aberrações. Se assim não for, todo o empreendimento se pode transformar no seu contrário. Decisiva aqui é a importância da reflexão teórica. Isto é especialmente verdade numa situação como a de hoje, em que ainda não há uma ideia desenvolvida da ruptura revolucionária com a ordem estabelecida. (KURZ, 2011, disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz400.htm>)

A natureza dos problemas aqui apresentados nos deixa com uma inquietação. Aparentemente, os movimentos crescentes e cada vez mais frequentes aqui e acolá apontam uma insatisfação legítima e premente “contra tudo o que aí está”. Por mais que se queira julgá-los ingênuos, não se pode ignorar o fato de que sua frequência e representatividade apontam para certas fissuras na ordem social. Como já foi dito algumas vezes, é um momento sombrio, em que as soluções que existem não servem mais, mas as novas ainda não vieram. Neste sentido, antes de apontar aqui algumas perspectivas, podemos apenas colocar a pergunta, “há perspectivas?”. Talvez, o exercício de se perguntar isto de forma constante e refletida possa abrir o caminho para algumas possibilidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Paulo. 2014. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*, São Paulo, Boitempo.

BEY, Hakim. 2001 (?). *Zonas Autônomas Temporárias* [Livro Eletrônico]. Editora Sabotagem. Disponível em:

[http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/4a\\_aula/Hakim\\_Bey\\_TAZ.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/4a_aula/Hakim_Bey_TAZ.pdf). Consult.: 08/12/2014.

CHAUÍ, Marilena. 2013. O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação. *Blog da Boitempo* [Online]. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/28/o-inferno-urbano-e-a-politica-do-favor-tutela-e-cooptacao/> Consult.: 10/11/2014.

DUARTE, Cláudio R.. 2013. O Gigante acordou – ou o que resta da ditadura? *Sinal de Menos: Edição Especial: Os sentidos da revolta*. [Online]. Disponível em: <http://sinaldemenos.org/2013/08/09/sinal-de-menos-especial/>. Consult.: 29/10/2014.

FOUCAULT, Michel. 1999. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, Editora Vozes.

HARVEY, David. 2014. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo, Martins Fontes.

HOLLOWAY, John. 2003. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. Tradução: Emir Sader. São Paulo, Boitempo Editorial.

HOLSTON, James. 2013. *Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Tradução: Cláudio Carina. Rio de Janeiro, Cia das Letras.

HUXLEY, Aldous. [1936], 2001. *Admirável Mundo Novo*. Editora Globo.

JAPPE, Anselm. [2011], 2013. *Crédito à Morte: A decomposição do capitalismo e suas críticas*. Tradução: Robson J. F. de Oliveira. São Paulo, Hedra.

JAPPE, Anselm. 2013. Luta nas ruas contra o espetáculo? *Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual*, Vol. Jan-Jul/2013, 310-14.

KURZ, Robert. 2012. Não há revolução em lado nenhum: carta aberta às pessoas interessadas na EXIT! na passagem de 2011 para 2012. *Revista EXIT* [Online]. Janeiro de 2012. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz400.htm>. Consult.: 12/11/2014.

LINCE, Leo. 2013. *Irrupção, fim de ciclo e interregno*. In: ALENCAR, Chico. 2013. *A rua, a nação e o sonho: uma reflexão para as novas gerações*, Rio de Janeiro, Mar de Ideias.

MARCUSE, Herbert. 1981. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro, Zahar.

MARICATO, Hermínia; ZIZEK, Slavoj; VAINER, Carlos; ROLNIK, Raquel, et. al. 2013. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo, Boitempo; Carta Maior.

MARQUES, Paulo. 2013. A revolta e seu duplo: entre a revolta e o espetáculo. *Sinal de Menos: Edição Especial: Os sentidos da revolta* [Online]. Disponível em: <http://sinaldemenos.org/2013/08/09/sinal-de-menos-especial/>. Consult.: 29/10/2014.

McGREGOR, Richard. 2011. Zhou's cryptic caution lost in translation. *Washington Financial* [Online], Jun.2011. Disponível em <http://www.casacinepoa.com.br/o-blog/giba-assis-brasil/humanos-chineses-e-o-stf>. Consult.: 05/11/2014.

ORWELL, George [1949], 2009. *1984*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras.

POMAR, Marcelo. 2013. *Não foi um raio em céu azul*. In: JUDESNAIDER et. al. 2013. *20 centavos: a luta contra o aumento*, São Paulo, Veneta.

VIANA, Sílvia. 2014. A acumulação do horror e o horror da acumulação. *Blog da Boitempo* [Online]. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2014/07/28/a-acumulacao-do-horror-e-o-horror-da-acumulacao-uma-entrevista-com-silvia-viana/>. Consult.: em 12/11/2014.